



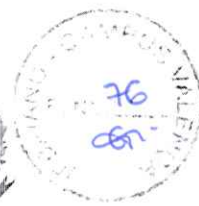
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREDIAL CORRETIVA

TERMO DE CONTRATO Nº 40/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO - CAMPUS VALENÇA E A EMPRESA MURANO CONSTRUÇÕES EIRELI.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Valença, com sede na Rua Glicério Tavares, s/n – Bate Quente – Valença-Bahia - CEP 45.440-000, inscrito no CNPJ sob o nº 10.724.903/0009-26, neste ato representada pelo Diretor Geral, Sr. **Francisco Harley de Oliveira Mendonça**, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob nº 910.583.684-00, portador da carteira de identidade nº 1601199, expedida pela SSP/CE, designado pela Portaria nº 335, de 18 de março de 2014, publicada no D.O.U de 19/03/2013, doravante denominada CONTRATANTE, e a **MURANO CONSTRUÇÕES EIRELI** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.170.931/0001-33, sediado(a) na Av. Pau Brasil, Lote 06, Sala 312, Edifício E-BUSINESS, Norte Aguas Claras, em Brasília/DF, CEP 71.916-500, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Hudson Marcelo Amaral de Souza**, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01508224949, expedida pelo DETRAN/DF, e CPF nº 714.007.371-68, tendo em vista o que consta no Processo nº 23336.000656/2017-92 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de prestação de serviços de manutenção predial que será executado nas dependências do O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Valença no município de Valença - BA, decorrente da Adesão do Pregão nº 09/2017, UASG 154617, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas no processo 23335.000043/2017-65.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, sob demanda, de manutenção predial corretiva com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – SINAPI, na edificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Valença na cidade de Valença/BA.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

2.1. A prestação de serviços obedecerá ao estipulado neste contrato e às disposições do pregão eletrônico 9/2017, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela contratada, constantes no processo administrativo 23335.000043/2017-65, que fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariem.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão prestados nas sedes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Valença no interior da Bahia, conforme endereço abaixo relacionado:

- 3.1.1. Rua Glicério Tavares, s/n, Bate Quente, CEP 45.440-000 – Valença-Bahia; e
- 3.1.2. Fazenda Aldeia, BA-542, Km 8, Zona Rural – Valença-Bahia.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços de manutenção predial somente serão realizados mediante aprovação do respectivo orçamento pelo fiscal do contrato e emissão de ordem de serviço.
- 4.2. A contratada deverá iniciar a execução do serviço no prazo máximo de 24 horas após a emissão da ordem de serviço.
- 4.3. Os serviços realizados que impliquem ônus extra para o IF Baiano – Campus Valença e que não tenham sido autorizados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação ao contrário.
- 4.4. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.
- 4.5. O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados durante o período de garantia previsto no serviço.


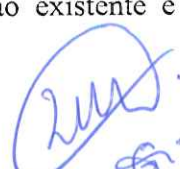

5. CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato.
- 5.2. Solicitar a reexecução de quaisquer serviços que não seja executado em conformidade com este contrato, norma técnica ou disposição oficial.
- 5.3. Determinar a substituição de materiais que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis.
- 5.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste contrato relativamente aos serviços efetuados e aceitos pela contratante.
- 5.5. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada e mantidas todas as condições exigidas para habilitação, determinadas no pregão 9/2017.
- 5.6. É assegurada ao contratante a faculdade de exigir da contratada documentação que comprove correto pagamento dos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução desse contrato.



6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços objeto deste contrato através de mão de obra qualificada, observando o prescrito no termo de referência da licitação do pregão 9/2017.
- 6.2. Responsabilizar-se pela gestão da mão de obra necessária e qualificada para realização dos serviços.
- 6.3. Designar preposto com amplos poderes para representa-la formalmente durante a prestação de serviço, em todos os assuntos operacionais e administrativos.
- 6.4. O preposto designado deverá deixar endereço, telefone e e-mail com o fiscal do contrato.
- 6.5. Os empregados da contratada não terão relação de emprego com o IF Baiano – Campus Valença, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 6.6. Responder pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços contratados, bem como pelos danos pessoais e materiais causados por seus empregados ao contratante e a terceiros.
- 6.7. Cuidar para que seus empregados zelem pela conservação do patrimônio público.
- 6.8. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados e executados.
- 6.9. Substituir, sempre que solicitado pelo IF Baiano – Campus Valença, qualquer empregado cuja atuação seja julgada prejudicial, inconveniente ou insatisfatória.
- 6.10. Reparar os serviços que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 6.11. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados e mínimo de transtorno ao IF Baiano – Campus Valença, podendo os serviços serem executados nos finais de semana e feriados conforme programação e autorização do fiscal do contrato.
- 6.12. Proceder à limpeza e retirada de entulhos dos locais de trabalho após a execução dos serviços.
- 6.13. Prestar esclarecimento à contratante quando solicitado.
- 6.14. Informar ao gestor de contrato os dados pessoais dos empregados que prestarão serviços no IF Baiano – Campus Valença.
- 6.15. Fornecer uniforme e EPI a todos os seus empregados.
- 6.16. Arcar com o transporte de pessoal e material necessário à execução dos serviços.
- 6.17. Não vincular o pagamento dos salários aos funcionários ao pagamento devido pelo IF Baiano – Campus Valença.
- 6.18. Realizar todas as transações comerciais em seu nome.
- 6.19. Promover a limpeza do local após a execução dos serviços, bem como recuperar as instalações, paredes, pisos, teto e pintura danificados.
- 6.20. Sinalizar ou isolar o local de trabalho da execução dos serviços, evitando transtornos e acidentes para os servidores do IF Baiano – Campus Valença.
- 6.21. Garantir os serviços executados por 01 ano contado da data de execução.
- 6.22. Os insumos deverão ser de boa qualidade, compatíveis com o padrão existente e deverão ser previamente aprovados pelo fiscal do contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL

7.1. O contratante pagará à contratada o valor dos serviços de manutenção predial corretiva, fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, constantes na tabela SINAPI, referente ao estado da Bahia, **deduzido de 21,80% por cento de desconto, sendo o valor total anual estimado é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor do desconto estipulado é irrevogável durante toda a vigência contratual. A tabela SINAPI a ser utilizada durante toda a vigência contratual é a vigente na data da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A atualização da tabela SINAPI será efetuada respeitando o interregno mínimo de 01 ano a partir da data da vigência contratual. A data base para a atualização da tabela SINAPI será a data do pedido da contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos valores contratados e executados serão efetuados pela contratante mediante ordem bancária creditada em conta corrente até o vigésimo dia útil contado da protocolização da nota fiscal no IF Baiano – Campus Valença.

8.2. A contratada deverá apresentar documentação para a liquidação da despesa que possibilite a retenção de tributos, demonstrando claramente o valor bruto e o valor líquido da fatura e fazendo constar número da conta bancária, nome do banco e agência para a realização do pagamento.

8.3. A contratada deverá coletar as certidões probatórias da inexistência de débitos perante a justiça do trabalho, seguridade social, fundo de garantia por tempo de serviço, receita federal, procuradoria da fazenda nacional, fazendas estaduais e municipais e anexar à nota fiscal a ser protocolada na IF Baiano – Campus Valença.

8.4. A contratante poderá deduzir dos pagamentos devidos à contratada, os valores correspondentes a multas ou indenizações previstas no presente contrato.

8.5. Caso a contratada seja optante do SIMPLES NACIONAL deverá apresentar, juntamente a nota fiscal, declaração na qual faça constar essa condição conforme modelo trazido na instrução normativa SRF 480/2004.

9. CLÁUSULA NONA – DO ATRASO DO PAGAMENTO

9.1. No caso de atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula $EM = I \times N \times VP$ – onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.



10. CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

PTRES:108806

PI: L20RLP01FIJ

FONTE: 0112000000

V. DISPONÍVEL: R\$ 782.000,00

ND: 339039

EMPENHO: 2017NE800242

11.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A **CONTRATADA** prestará garantia no valor de **R\$ 39.100,00 (trinta e nove mil e cem reais)** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de assinatura deste instrumento, correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATANTE** fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da **CONTRATADA**, ou de seu preposto, ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A autorização contida no parágrafo anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** se obriga a repor, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela **CONTRATANTE**;

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas, encargos previdenciários, trabalhistas e satisfação de prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, na execução do objeto deste contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A **CONTRATADA** ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas pela autoridade competente da **CONTRATANTE**, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos porventura causados à Administração, e das cabíveis cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Poderá, assegurada a prévia defesa, ficar impedida de licitar e de contratar com a União e, se for o caso, ser descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a **CONTRATADA** que ensejar o retardamento da execução do objeto deste contrato, falhar ou fraudar na sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, estará sujeita à multa de 0,5% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do contrato, com as consequências previstas em lei e neste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Uma vez iniciada a execução dos serviços contratados, a sua prestação de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas poderá acarretar a aplicação de multa de 0,5% sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

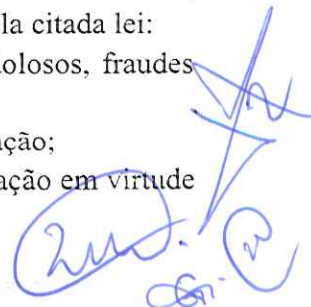
PARÁGRAFO QUARTO – Será aplicável, cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação na ocorrência de inexecução total do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a **CONTRATADA** ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

PARÁGRAFO SEXTO – Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas no parágrafo primeiro desta cláusula e nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93 bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO SÉTIMO – OUTRAS SANÇÕES – De acordo com o artigo 88, da Lei n.º 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à **CONTRATADA** ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.





PARÁGRAFO OITAVO – RECURSOS – Da aplicação das penas definidas no parágrafo primeiro e no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis da data de intimação do ato.

PARÁGRAFO NONO – PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO – No caso de declaração de inidoneidade, prevista no inciso IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Senhor(a) Procurador(a) Federal junto ao Instituto Federal Baiano no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do procedimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARAGRAFO SEGUNDO – A rescisão do contrato poderá ser:

1. determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato;
2. amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
3. judicial, nos termos da legislação.

PARAGRAFO TERCEIRO – A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUARTO – De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a: a) devolução de garantia; b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; c) pagamento do custo de desmobilização.

PARÁGRAFO QUINTO – A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

1. Execução da garantia contratual para ressarcimento, à **CONTRATANTE**, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;
2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.



15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá a **CONTRATANTE** à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, a publicação do extrato deste contrato e dos eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Ilhéus - Justiça Federal.

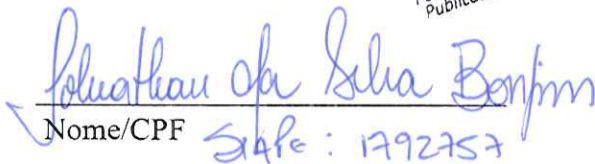
Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes e testemunhas abaixo firmadas.

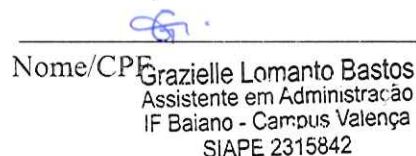
Valença-Ba, 17 de janeiro de 2018.


Francisco Harley de Oliveira Mendonça Farias


Hudson Marcelo Amaral de Souza

TESTEMUNHAS:


Nome/CPF Sebastião da Silva Benfim
SIAPE: 1792757


Nome/CPF Grazielle Lomanto Bastos
Assistente em Administração
IF Baiano - Campus Valença
SIAPE 2315842

Ubirajara Cavalier Farias
Diretor Geral Substituto
IFBAIANO - CAMPUS VALENÇA
Port. nº 385 de 21 de Março de 2014
Publicado em 24 de Março de 2014